



Prosseguindo a série de reportagens que fazem parte da campanha contra a corrupção e a impunidade, cujo mote é "Acabar em pizza, nunca mais", o **Jomal da Tarde** apresenta hoje uma entrevista com o

senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que coordenou os trabalhos de investigação da Subcomissão de Subvenções Sociais da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou as fraudes no Orçamento da União.



O senador alerta que ainda há grandes resistências no Congresso Nacional à implantação das medidas de moralização propostas no relatório final da CPI. Segundo ele, apesar de toda a repercussão do caso, muitos parlamentares continuam apegados ao velho esquema de apadrinhamento e clientelismo e podem colocar em risco o processo de "limpeza" iniciado com a CPI do Orçamento.



Justamente para evitar novos escândalos como o do Orçamento, o **JT** propõe alterações na legislação com o objetivo de inibir o surgimento dos maus políticos. Entre as mudanças estão o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns, novas regras de elaboração do Orçamento da União, adoção do voto distrital misto, novos critérios de representação dos Estados na Câmara e instituição da fidelidade partidária.

Resistências à moralização

242

SENADOR QUE PARTICIPOU DA CPI DO ORÇAMENTO ALERTA PARA A NECESSIDADE DE COMBATER O CLIENTELISMO NO CONGRESSO

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que coordenou a Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento, acha que ainda existem no Congresso Nacional resistências às mudanças propostas pelo relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) nos critérios de distribuição de verbas do Orçamento. Mesmo com toda repercussão da

República. Digo isso porque nós enfrentamos um perigo. A impressão de fora do Congresso, que se tinha no início, é que a instituição inteira estaria comprometida e nós iríamos naufragar, porque a CPI seria apenas um pequeno núcleo, que estava tentando fazer um trabalho, que seria abafado. No final, provou-se que, a despeito da eficiência dos que manipula-

Nós apenas arranhamos a ponta do iceberg na questão do relacionamento incestuoso do Congresso Nacional com as empreiteiras

CPI, muitos parlamentares ainda estão apegados ao velho esquema de apadrinhamento e clientelismo. Em entrevista a **Guilherme Evelin**, ele alerta: se as lições da CPI não forem absorvidas, os escândalos continuarão. Garibaldi conta que, durante as investigações, chegou a temer pela estabilidade das instituições brasileiras. "Em certo momento, parecia que todo o Congresso estava comprometido."

JT — Qual é a principal lição que pode ser extraída da CPI do Orçamento?

Garibaldi Alves — Apesar de integrar a CPI ter sido uma tarefa muito difícil, espinhosa, eu terminei o meu trabalho com a convicção de que podemos construir um novo País, diferente, em que as suas instituições não vão servir mais de massa de manobra para manipulações do Orçamento da

vam o Orçamento, eles não eram tantos, como se pensava, nem se constituíam na maioria ou na média do Congresso Nacional.

O que a CPI deixou de investigar e deve continuar a ser objeto de apurações?

É consensual que nós arranhamos apenas a ponta do iceberg na questão do relacionamento incestuoso do Congresso com as empreiteiras. Não foi possível um aprofundamento maior, mas eu creio que a CPI das Empreiteiras poderá enfrentar esse problema. Além disso, eu sou de opinião que as atenções tem que ser voltadas também para o Executivo, que é onde se completa, com as liberações de verbas, o esquema de manipulação do Orçamento, iniciado no Legislativo. A CPI foi muito pressionada para dirigir suas investigações para o Congresso e, como consequência, nós ficamos



Arquivo/AE

Garibaldi: por uma cultura de prevenção contra a corrupção.

condicionados. Por uma razão simples. Na hora em que se cobrava do Legislativo uma investigação, ou ele fazia essa investigação, cortando na própria carne, ou ele poderia ser acusado de estar dirigindo as investigações para o Executivo para tentar se preservar.

Que mudanças institucionais devem ser feitas para evitar novas fraudes no Orçamento?

O processo de elaboração do Orçamento está errado. Esse sistema, que criou a Comissão de Or-

çamento do Congresso, não resistiu a uma apuração. É imperdoável que não se faça para o Orçamento de 1995 ampla reformulação nos termos que foram propostos pelo relatório da CPI, a partir da qual as comissões técnicas do Congresso passariam a ter participação na elaboração orçamentária e o processo ganharia maior transparência.

O que é preciso para que essas mudanças saiam do papel?

Há ainda no Congresso uma

cultura de resistência a essas mudanças. Há parlamentares que, apesar de reconhecerem o valor do trabalho da CPI, ainda argumentam que não se deve abrir mão das emendas individuais, disso ou daquilo. Se não se tomar cuidado, essa cultura pode voltar a se impor. Para impedir isso, nós temos de disseminar a cultura da prevenção. A CPI não foi um episódio isolado na vida do País. Ela é resultado da organização da sociedade, do despertar do sentimento de cidadania, do trabalho de fiscalização da imprensa. Mas para que a CPI se efetive como um marco na história, ela terá que ter desdobramentos, não apenas no campo das punições e das cassações, mas no do exemplo e da prevenção. Até porque o Congresso não pode virar uma delegacia de polícia e não podemos ter uma CPI todos os dias.

Mas o senhor é otimista ou pessimista com relação às perspectivas de mudanças?

Sou otimista, porque a CPI já deixou um saldo positivo. Acho que nosso trabalho não foi em vão. Estaria pessimista, se, andando aqui no Congresso, ao invés de receber estímulos, eu estivesse sendo vaiado. Mas não podemos nos contentar com isso. Temos de

pensar no futuro e em uma mudança de mentalidade. Caso contrário, no dia 3 de outubro, os políticos vão ser punidos. Se o País não sentir que essa CPI veio para mudar as coisas, vamos ver uma enxurrada de votos em branco e de protesto.

O senhor concorda com a necessidade de mudança da legislação sobre a imunidade parlamentar?

Eu sou favorável a que o legislador só tenha imunidade nos assuntos que dizem respeito às suas prerrogativas parlamentares, como, por exemplo, o exercício do direito de opinião na tribuna, que deve ser protegido. Mas com relação a outros crimes, acho a imunidade injustificável, e acredito que a legislação vai ser modificada.

O senhor teme que o processo de investigação pudesse levar a ruptura institucional?

Sim. Determinados episódios, como o da apreensão dos documentos da construtora Norberto Odebrecht, deram a dimensão de que todo o Congresso estava comprometido. Antes da abertura dos documentos e do aprofundamento da sua análise, o que se perguntava é quem não estaria envolvido. Temi, naquele momento, que aqueles papéis pudessem dar margem a uma ruptura.

Se o País não sentir que a CPI do Orçamento veio para mudar as coisas, vamos ver uma enxurrada de votos em branco e de protesto.